



SEGREGAÇÃO, RAÇA, COR E POLÍTICAS DE COTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: BREVES REFLEXÕES

Paulo César Marques de Andrade Santos¹

Rosilda Arruda Ferreira²

RESUMO

No presente trabalho pretende-se elaborar breves reflexões sobre a configuração do processo de segregação relacionada à raça, cor e classe social no Brasil desde a colonização até os nossos dias, bem como destacar como nos anos recentes a temática vem sendo tratada por meio das políticas públicas educacionais. Nesse panorama, observam-se que as questões raciais, principalmente o preconceito de cor, presentes na colônia e no império por conta do sistema escravagista que separam senhores e escravos, migram para a república e se estabelecem entre pobres e ricos na sociedade de classes. Mais recentemente, a partir da Convenção de Durban (2001), o país assume seu passado de discriminação racial e procura estabelecer políticas para reduzir os *déficits* sociais produzidos nas origens de sua formação histórica decorrentes da estreita relação entre pobreza e escravidão. Para compor as reflexões, esse texto foi escrito a partir do diálogo entre alguns autores que discutem essa temática e dados estatísticos disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Palavras-chave: segregação; raça; cor; políticas de cotas; universidades.

SEGREGACIÓN, RAZA, COLOR Y POLÍTICAS DE CUOTA EN UNIVERSIDADES DE BRASIL: REFLEXIONES BREVE

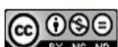
RESUMEN

En este trabajo se tiene como objetivo preparar breves reflexiones sobre la configuración del proceso de segregación relacionada con la clase de raza, color y social en Brasil desde la época colonial hasta la actualidad, así como poner de relieve los últimos años el tema ha sido abordado a través de políticas la educación pública. En este escenario, se observa que las cuestiones raciales, especialmente el prejuicio del color presentes en la colonia y el imperio a causa del sistema de esclavitud que los amos y esclavos separados, y migran a la República se establece entre pobres y ricos en la clase sociedad. Más recientemente, a partir de la Convención de Durban (2001), el país asume su pasado de discriminación racial y trata de establecer las políticas para reducir los *déficits* sociales producidos en los orígenes históricos de su entrenamiento bajo la estrecha relación entre la pobreza y la esclavitud. Para elaborar las reflexiones, este texto fue escrito a partir del diálogo entre algunos autores que hablan de este tema y los datos estadísticos proporcionados por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y el Instituto de Investigación Económica Aplicada (IPEA).

Palabras clave: segregación, la raza, el color, las políticas de cuotas; universidad.

¹ Doutorando em cotutela do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia. Assistente de Investigação da Rede Iberoamericana de Investigação na Educação Superior – RIAIPE3.(paulofaced@gmail.com). Doutorando em Ciências da Educação da Universidade de Lyon2 França

² Professora Doutora Associada da Universidade Federal da Bahia. Coordenadora da equipe UFBA integrante da Rede Iberoamericana de Investigação em Educação Superior – RIAIPE 3 (rosildaarruda@gmail.com).



INTRODUÇÃO

A regra da igualdade não consiste senão em tratar desigualmente os desiguais, na medida em que se desigualam. (Rui Barbosa)

O termo segregação é o ato de isolar, separar, baseado na ideia de desigualdade entre as partes. Assim, a segregação pode ser racial, geográfica, urbana entre outras formas, separando pessoas, coisas e objetos que se entendem em superioridade de riqueza, educação, religiosidade e até mesmo nacionalidade. Quando a segregação é racial as pessoas são impedidas de usufruir de direitos universais e leis são criadas para consolidar a separação. O maior exemplo de segregação que a humanidade já conheceu foi o movimento denominado Apartheid, na África do Sul. Lá os negros eram proibidos por lei a não frequentarem os mesmos espaços públicos que os brancos.

De forma particular, a segregação urbana se dá quando as classes sociais menos favorecidas ficam em áreas diferentes das demais classes, como é o que acontece na periferia dos grandes centros urbanos, na qual se encontram preferencialmente pessoas de baixa renda e que sobrevivem de subempregos. São locais da cidade em que o poder público não disponibiliza equipamentos urbanos necessários a uma vida mais “confortável”, tais como: esgotamento sanitário, transporte público de qualidade, pavimentação, coleta de lixo regular, entre outros dispositivos.

A segregação é um fenômeno que se vê em diversos países no mundo. Podendo ocorrer de maneira clara, direta por imposição ou apenas de forma velada, fruto da condição socioeconômica.

Nos Estados Unidos e África do Sul, a segregação foi imposta legalmente para impedir o processo de assimilação e reforçar a relação hierárquica entre brancos e negros. Para tanto, foram estipulados conjuntos habitacionais diferentes, espaços públicos de uso exclusivo de cada raça, ocupação de lugares ao fundo nos ônibus para os negros, etc.

Na Alemanha de Hitler, a segregação foi imposta como forma de limpeza étnica ao faticinar a morte aos judeus; e as recorrentes guerras na Bósnia dos anos 1990 que culminaram com o tratado de Paz, conhecido como acordo de Paz de Dayton em dezembro de 1995, com delimitação dos territórios étnicos, passando a interferir naquele espaço a segregação legal.

No Brasil, no entanto, a segregação é um fenômeno que ocorre em concomitância com as desigualdades entre as classes sociais: quanto mais pobre for o não branco, em especial o negro, mais em evidência fica a cor de sua pele. Como afirma Peter Ratcliffe (2000, p. 508) “A segregação não é um fenômeno presente ou ausente: ela tende a ser uma questão de graduação”. Assim, estaria amparada a separação que se faz de classes sociais para “salvaguardar” as regalias dos tipos sociais privilegiados pela sociedade, em sua maior parte composta por brancos ricos.

O Brasil foi a última nação americana a se livrar, formalmente, da escravidão. Esse fato impactou diretamente na formação do povo brasileiro cuja população, apesar de em sua origem ser marcadamente formada por negros, brancos e índios, possui uma característica de profunda miscigenação.

A miscigenação foi considerada uma forma natural concebida para garantir a “limpeza étnica” e utilizada no Brasil para garantir o “branqueamento” da população com a chegada dos imigrantes europeus, no século XIX, como mão de obra para as lavouras de café. Assim, a miscigenação iria proporcionar em poucas gerações a “purificação étnica”, estabelecendo em décadas a superioridade da matriz branca como parte de uma “engenharia social”. Não contavam entretanto com a miscigenação entre birraciais e multirraciais que, nas décadas esperadas para purificação da raça, gerou uma população mestiça intermediária composta por mulatos³.

A miscigenação, atualmente, é característica marcante do povo brasileiro, mas foi adquirida aos poucos e apresenta-se, nos censos demográficos, segundo três classificações para identificar os tipos raciais: brancos, pretos, pardos, amarelos e índios. Desde o início foram considerados apenas: brancos, pretos e pardos. A classificação amarela só foi inserida a partir de 1940 pela vinda dos imigrantes japoneses e seus descendentes. E somente, a partir de 1990, incluíram-se os indígenas nessa classificação oficial. A identificação dos tipos raciais segundo a classificação adotada nos censos demográficos relativos ao período de 1872 a 2000 é apresentada, nas Tabelas 1 e 2, a seguir.

³ Do século XVI a XX, o termo mulato (palavra portuguesa para uma jovem mula) foi usado nas índias ocidentais e nos Estados Unidos para se referir a crianças de herança mista. Outros termos desumanizantes incluíram o uso britânico e norte americano de “meia estirpe” e “estirpe mista”. O termo utilizado no século XX foi “meia casta”, somente em países como o Brasil, onde as pessoas de origem mista tornaram-se a maioria da população, que ela deixou de ser um motivo de reprovação social. (SHEPPER, 2000 p. 374).

O conteúdo da Tabela 1 e da Tabela 2 reflete as relações sociais do povo brasileiro, nas quais há uma forte presença da invisibilidade dos problemas raciais no Brasil e essa “deve ser interpretada aqui como um fato que não se nota, não se discute nem se deseja notar ou discutir” (SANTOS, 2003, p. 27).

TABELA 1 – Evolução da distribuição da população brasileira segundo a cor (de 1872 a 2000) – dados percentuais.

Classificação	1872	1890	1940	1950	1960	1976	1980	1991	2000
Branca	38	44	63	61,7	61,0	56,4	54,2	51,6	53,7
Preta	20	15	15	11,0	8,7	8,4	5,9	5,0	6,2
Parda	42	41	21	26,5	29,5	31,3	38,9	42,4	38,5
Amarela	-	-	1	0,6	0,7	2,6	0,6	0,4	0,4
Indígena	-	-	-	-	-	-	-	0,2	0,4
Sem classificação	-	-	-	0,2	-	-	0,4	-	-
Sem declaração	-	-	-	-	0,1	1,3	-	0,4	0,7

Fonte: Criado com base em Hélio Santos (2003) e relatórios IBGE.

A classificação que as Tabelas 1 e 2 apresentam, tanto em valor percentual quanto absoluto, respectivamente, revelam uma hegemonia quantitativa da cor branca principalmente no período de 1940 a 1960, indicando ao mesmo tempo uma diminuição entre os indivíduos classificados como de cor preta e aumento dos que se classificam como de cor parda, para o referido período.

TABELA 2 - Evolução da população brasileira segundo a cor - 1872/1991- dados absolutos

Cor	1872	1890	1940	1950	1960	1980	1991
Total	9.930.478	14.333.915	41.236.315	51.944.397	70.191.370	119.011.052	146.521.661
Branços	3.787.289	6.302.198	26.171.778	32.027.661	42.838.639	64.540.467	75.704.927
Pretos	1.954.452	2.097.426	6.035.869	5.692.657	6.116.848	7.046.906	7.335.136
Pardos	4.188.737	5.934.291	8.744.365	13.786.742	20.706.431	46.233.531	62.316.064
Amarelos	242.320	329.082	482.848	672.251	630.656
Sem declaração	41.983	108.255	46.604	517.897	534.878

Fonte: REIS, João José. Presença Negra: conflitos e encontros. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p: 94.

Pela leitura dos dados acima apresentados é possível conferir o “embranquecimento” do povo brasileiro no período logo após a abolição da escravatura e início da República: 1890 - 1940. Houve ali, um crescimento notável da população branca (de 44% para 63%), enquanto a população preta permaneceu no marco de 15% e a população parda decaiu em 20%. Vale destacar que, segundo Soares do Bem (2006), paralelamente,

houve uma acentuada entrada europeus no Brasil, cuja distribuição por nacionalidade, se pode ver no tabela 3, a seguir.

TABELA 3 - Imigração no Brasil, por nacionalidade - períodos decenais 1884-1893 a 1924-1933

Nacionalidade	Efetivos decenais				
	1884-1893	1894-1903	1904-1913	1914-1923	1924-1933
Alemães	22778	6698	33859	29339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
Total	883668	852110	1006617	503981	717223

Fonte: Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro : IBGE, 2000. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. p. 226.

Para Hélio Santos (2003) essa “transfiguração” de pardos em brancos se deve ao fato de que as elites brasileiras sonham com a Europa, desejam ter sua cor de pele e tentam copiar até mesmo seus hábitos.

A trilha de miscigenação não levou o Brasil à formação de um povo “superior” como pensavam seus idealizadores. O que deu errado então? Teria sido o erro acarretado pela forma simplista de diagnosticar e resolver problemas complexos? Métraux(1951) já alertava para a complexidade das relações sociais existentes na década de 1950 e assinala como exemplo a combinação matrimonial das castas mais privilegiadas no Estado da Bahia daquela época, que gerava casamentos inter-raciais.⁴

De forma análoga, Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959) descrevem o papel senhorial do lar dos pais ao selecionar os maridos das filhas. A verificação da linhagem era o método utilizado para não permitir que se juntassem à família pessoas de sangue “impuro”. A verificação consistia em um duplo reconhecimento:

- de que êle [candidato a genro] se achava livre de suspeita de “condição mecânica” (princípio estamental);
- de que êle [candidato a genro] possuía “limpo sangue”, estando por conseguinte isento de “toda a raça de mácula de judeu”, ou outra qualquer mácula (princípio da integridade social da camada dominante) (BASTIDE e FERNANDES. 1959, p.84).

⁴ “ While nearly all Bahia's population is "coloured", the inter-marriage between Whites, Indians and Negroes has created an original type which may ultimately develop in this part of the world as a new race.” Jornal Courier UNESCO volume 4 – No 4 – Abril 1951

O princípio estamental de Weber (1979) pode ser tomado como uma referência importante para compreender o processo pelo qual se determinava que o candidato a gênero deveria fazer parte de uma teia de relacionamentos dentro da sociedade que exercesse controle sobre seus negócios e que sua postura e comportamento lhe rendessem prestígio social. Claro que sendo este uma pessoa de epiderme branca não precisaria fazer muito esforço.

O princípio da integridade social da camada dominante exigia que o candidato a gênero fosse de família de “sangue puro”, ou seja, de herança genética e de história familiar que mantivesse a linhagem sem mistura e de “comprovado sangue limpo”.

Esses cuidados, contudo, não foram o suficiente para coibir o crescimento da raça mestiça, fruto do casamento dos entes pertencentes à parte intermediária e da base da pirâmide. De fato, o racismo presente na casta dominante era implícito, caricato e determinista.

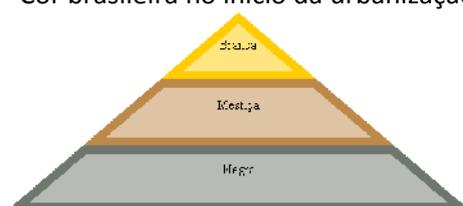
Implícito pela cultura imposta e herdada pelos três séculos do sistema escravagista: de um lado uma massa negra responsável pelo trabalho pesado e pelo comportamento de servidão; do outro lado, grupos de brancos que se entenderam como seres superiores. Ambos transferiram para as classes sociais o que foi assimilado anteriormente. E de forma pacífica, cada qual continuou a se comportar como no sistema anterior: as classes inferiores ocupadas pelos não brancos e as classes superiores pelos brancos.[...] “ as ideias das raças dominantes sobre as dominadas, não é fortuita nem circunstancial. A alienação social da pessoa do negro se processou inicialmente como a alienação social do escravo”(BASTIDE E FERNANDES 1942, p.79.), conforme afirma Hélio Santos (2003) o qual dá o nome de “centopéia de duas cabeças” ao aspecto duplo que atinge o negro no Brasil, que de um lado, tem a sociedade o rotulando negativamente, e com isso discriminando-o e impedindo que o mesmo alcance o seu progresso. E de outro lado, tem o próprio negro que internaliza todas as posturas assumidas contra ele. Na primeira “cabeça”, o negro, sofre dificuldades para o seu desenvolvimento pleno por haver tantas barreiras externas ao seu crescimento. Na segunda “cabeça” ou segundo aspecto, o negro em si crê nas mentiras construídas contra ele, estabelecendo-se um obstáculo difícil de ser superado, incorporado em sua percepção de si mesmo.

Caricato pela forma irônica de discriminação, o negro passou a ser objeto de escárnio, gracejo e piada. Estigmatizado e retraído, sua condição de raça inferior era

reforçada de maneira subjetiva. Os jargões como *nigriagem* para denotar coisa de negro, por exemplo, é um termo até hoje utilizado para ações “reprovadas” socialmente.

Determinista pela indicação social que a epiderme representava, ser branco simbolizava um ser superior e casta superior. Não ser branco significava posições mais inferiores na estratificação social, conforme é simbolizado na Figura 1 a seguir. O preconceito de cor contribuía para perpetuar a ordem senhorial.

FIGURA 1 - Cor brasileira no início da urbanização brasileira



Fonte: Criado pelo autor.

Assim, a partir do cenário exposto brevemente, este texto pretende refletir sobre o processo como emergiu a segregação relacionada à raça, cor e classe social no Brasil desde a colonização até os nossos dias, bem como destacar como nos anos recentes a temática vem sendo tratada por meio das políticas públicas educacionais, tomando como referência dados estatísticos de institutos especializados como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e dialogando com alguns estudiosos dessa temática, tais como: Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2004), Aroldo de Azevedo (1963), Hélio Santos (2003), Luciana Jaccoud (2009), Michel Banton (2000), Costa Pinto (1953), Donald Pierson (1942), Florestan Fernandes e Roger Bastide (1953), Shepper (2000), Thales de Azevedo (1953), entre outros.

RAÇA, COR E FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

O termo raça é polissêmico e utilizado de várias formas distintas na Sociologia e na Antropologia. A classificação de raça adotada nesse trabalho é a de Michel Banton (1996, p. 447). Para ele, “raça é um grupo ou categoria de pessoas conectadas por uma origem comum”, com uma identidade e história comum. A caracterização por raça é importante porque possibilita a “compreensão da diversidade social, cultural e econômica[, bem como]

das particularidades dos diversos grupos que formam uma dada nação” (BANTON, 2000, p.447).

A nação brasileira, por exemplo, foi formada pela miscigenação de três raças, três matrizes distintas: a matriz europeia representada pelo português, a matriz indígena representada pelos índios, nativos encontrados pelos portugueses quando aqui chegaram, e pela matriz africana representada pelo negro. Da mistura dessas matrizes originaram-se: o mulato, o mameluco e o cafuzo, grupos de origem birracial, atualmente classificados como pardo.

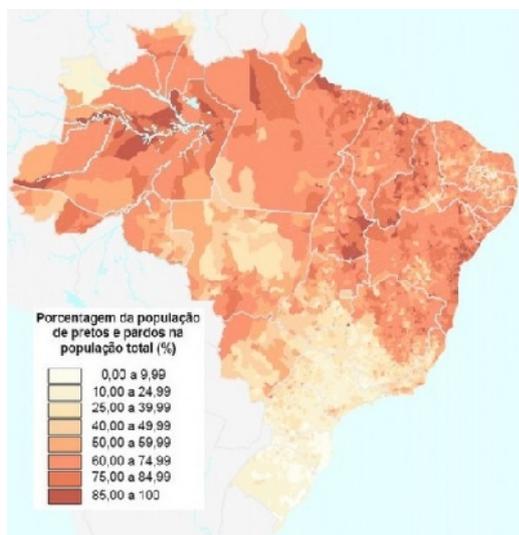
Desde a última década do século XX, o IBGE passou a classificar a população brasileira em cinco etnias (cor e raça) distintas: amarela, branca, indígena, negra e parda, distribuídas no país por zona de concentração e no mapa de distribuição da cor e raça por região no país como podem ser verificados na Tabela 4 e no Mapa (Figura 2), apresentados a seguir.

TABELA 4 – Etnias no Brasil (cor e raça) 2010

Etnia	Dados Absolutos	Percentual
Amarelos	2.098.059,63	1,1
Branco	90.979.495,04	47,7
Indígenas	762.930,77	0,4
Negros	14.495.684,74	7,6
Pardos	82.205.791,12	43,1
Outros	190.732,70	0,1
Total	190.732.694	100

Fonte: IBGE/Censo 2010

FIGURA 2 - mapa da distribuição por região (cor e raça) 2010



Fonte: IBGE/Censo 2010

São mais de 190 milhões de habitantes espalhados por mais de 5 mil municípios do país, concentrados em cinco regiões, em cada uma, em vários territórios de identidade que concentram traços históricos, antropológicos, econômicos, políticos e sociais comum. Em certos estados há predominância de matriz européia, em outros a predominância da matriz africana, em outros ainda traços de povos nativos. Mas em todos eles aparece a presença do mestiço (pardo) resultante do miscigenação entre as raças.

Estudiosos de diversas áreas do conhecimento, e em especial das ciências sociais, vêm dedicando tempo em pesquisas para a compreender esse mosaico de cores que compõe o povo brasileiro. Não há entretanto, um consenso entre os diversos autores quanto as cores desse mosaico, como pode ser observado na Tabela 5, que apresenta, resumidamente, a classificação da cor/raça brasileira na literatura vigente.

TABELA 5 – Classificação cor/raça na literatura vigente

ANO	AUTOR	OBRA	CLASSIFICAÇÃO
1942 1ª. Ed.	Donald Pierson	Branco e pretos na Bahia (Estudo de contacto racial)	Pretos, mulatos, Brancos e Cafusos
1953 1ª. Ed.	A. Costa Pinto	O negro no Rio de Janeiro: Relações Raciais numa sociedade em mudança	Branco, pardos, pretos e amarelos
1953 1ª. Ed.	Thales de Azevedo	As elites da cor numa sociedade brasileira: Um estudo de Ascensão social & Classes Sociais e Grupos de Prestígio	Branco, pretos, morenos, pardos e Mestiços
1959 1ª. Ed.	Roger Bastide e Florestan Fernandes	Branco e negro em São Paulo: Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana	Amarelo, Branco, Pardo e Pretos
1963	Aroldo de Azevedo	O mundo em que vivemos	Branco, Caboclo, Cafuzo, Mulato, Negro e Cabra*
2002	Luciana Jaccoud e Nathalie Beghin	Desigualdades Raciais no Brasil: Um Balanço da intervenção governamental	Branco e Negro
2004	Antônio Sérgio Alfredo Guimarães	Preconceito e discriminação: queixas de ofensas e tratamento desigual	Amarelo, Branco e Negros
2009	Luciana Jaccoud	A Construção de uma política de Promoção da Igualdade Racial: uma análise dos últimos 20 anos	Branca e negra

Fonte: Criado pelo autor, 2012.

É comum ver os mulatos citados como resultado da miscigenação entre brancos e pretos; os mamelucos e caboclos para a miscigenação entre brancos e indígenas; o cafuzo

como resultado da miscigenação entre índios e pretos. Há até quem chame de cabra⁵ a miscigenação entre o mulato e o negro.

De qualquer forma, o importante é saber diferenciar o que vem a ser um descendente birracial e multirracial. Birracial é o descendente direto da miscigenação entre duas matrizes. E, multirracial é a miscigenação entre os birraciais ou entre matrizes e birraciais ao longo das gerações. É comum falar em birracialismo quando “um dos progenitores é negro e o outro progenitor é branco” (SHEPPER, 2000, p. 376).

Independente da classificação racial que a literatura apresenta, o certo é que há um flagrante registro de discriminação racial entre brancos e não brancos que perpassa as dimensões econômica e social na evolução histórica da formação do povo brasileiro, como pode ser observada pelos estudos de Donald Pierson, Costa Pinto, Thales de Azevedo, Roger Bastide, Florestan Fernandes, Aroldo de Azevedo, Antonio Sérgio Alfredo Guimarães, Luciana Jaccoud, entre outros.

QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO

O processo de discriminação inicia-se com o povoamento e colonização das terras brasileiras. Como oportunidade de expansão do capital percebia-se a necessidade de produzir no novo território português as dádivas do solo fértil em que “se plantando tudo dá”. Como assinalara o escriba Pero Vaz de Caminha em carta a D. Manuel, narrando as benesses do mais novo território português.

O que Pero Vaz de Caminha talvez não previsse é que estava prestes a ocorrer o primeiro choque cultural com resultados desastrosos para a história brasileira causados por dois motivos distintos: (I) pelo dizimamento de várias nações indígenas provocados pelas doenças trazidas pelo homem branco; e (II) a servidão imposta aos índios, obrigando-os a um ritmo de trabalho intenso e impiedoso principalmente em atividades agrícolas e de criatório, os quais não estavam acostumados como já havia assinalado em sua correspondência ao rei de Portugal.

Eles não lavram, nem criam. Não há aqui boi, nem vaca, nem cabra, nem ovelha, nem galinha, nem qualquer outra alimária, que costumada seja ao viver dos homens. Nem comem senão desse inhame, que aqui há muito, e dessa semente e

⁵ Obra de Aroldo de Azevedo.

frutos, que a terra e as árvores de si lançam. E com isto andam tais e tão rijos e tão nédios, que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos (CAMINHA, 1.500 p 30).

A solução encontrada foi a importação de mão de obra escrava do continente africano para lavar e cuidar da terra e para a criação de gado. Em 1587 eram 14 mil negros escravos em terras brasileiras. Em 1660, eram 110.000; em 1798, eram mais de 1 milhão de negros escravos trabalhando em todo território brasileiro. A Tabela 6, a seguir, mostra a evolução da população no Brasil no período de 1500 a 1800.

TABELA 6 – Distribuição da população segundo a cor brasil – 1500-1800

ANO	POPULAÇÃO	BRANCA	%	NÃO BRANCA	%
1587	57.000	25.000	43,86	34.000	56,14
1600	100.000	30.000	30	70.000	70
1660	184.000	74.000	40,21	110.000	59,79
1798	3.250.000	1.010.000	31,07	2.240.000	68,93

Fonte: Adaptado da obra: Estatística Retrospectiva. Brasil – Estimativa da População (1500 – 2000).

Já no final do primeiro século após o início da colonização, o somatório da população formada por índios livres, mestiços e negros escravos já era o dobro da população branca. Em 1600, a população de negros escravos era superior ao somatório do número de brancos e índios livres. Nesse período haviam no Brasil 110 mil negros escravos contra 74 mil brancos e índios livres.

TABELA 7 – Distribuição da população em diversos censos, segundo a cor brasil – 1872-1940

Cor	População Recenseada					
	Dados Absolutos			Percentagens		
	1872	1890	1940	1872	1890	1940
Branca	3.853.440	6.302.198	26.206.576	38,11	43,97	63,53
Parda	4.462.308	5.934.291	8.759.646	42,15	41,40	21,23
Preta	1.996.313	2.097.426	6.043.542	19,74	14,63	14,65
Amarela	-	-	243.180	-	-	0,59

Fonte: Pinto, L.A, Costa, 1953, pag. 71.

A partir dos idos de 1800 começa o processo de inversão do tamanho das populações: a população negra escrava vai reduzindo, a população parda em todo o século se mantém estável com 40% da população, indo decrescer no início do século seguinte chegando a 20% nos anos de 1940, e a população branca tem um aumento percentual considerável, passando de 43,97% no final dos anos de 1800 para 63,53% nos anos 40 do

século passado. As possíveis causas para esse fenômeno foram levantadas pela UNESCO por meio de estudo coordenado por Costa Pinto em 1950.

A primeira hipótese levantada foi a vinda de um grande número de emigrantes europeus, principalmente Italianos, para trabalhar na lavoura cafeeira das regiões sudeste e sul do país. Esses emigrantes foram nacionalizados passando a contribuir estatisticamente para o aumento da população branca. Essas regiões apresentam até hoje a maior concentração da população branca, como pode ser observado no mapa cor e raça (ver Tabela 4 e Mapa Figura 2).

A segunda hipótese levantada apontava para as grandes taxas de mortalidade da população negra escrava e parda por causa das condições de vida adversas e propícias a endemias e epidemias. Essa situação era mais crítica por falta de políticas e equipamentos públicos que atendessem a essa população.

A terceira hipótese foi a do branqueamento da população parda e negra provocado pela miscigenação. Com a miscigenação um grande número de pessoas passavam a compor a população branca, como apontado pelo professor Giorgio Mortara ao analisar os censos do período de 1872 a 1940, citado por Costa Pinto (1998):

[...] calculou em 4 milhões, a quota de transferência de pardos e seus descendentes para o grupo branco no período que decorreu entre aquelas duas datas [...]. Aceitando-se essa estimativa, conclui-se ter sido aproximadamente de 59 mil por ano o índice de *passing* entre esses dois grupos naquele período. (MORTARA, G. apud COSTA PINTO. L. A 1999 p.85).

Essa hipótese todavia é controversa, principalmente após a publicação dos trabalhos de Donald Pierson (1942), Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959) ao falar das relações raciais nas sociedades baiana e paulista respectivamente. E pelas censos publicados em períodos posteriores.

ALGUMAS QUESTÕES RACIAIS NO BRASIL REPUBLICANO

O negro foi introduzido no Brasil para o trabalho na agricultura, e, no meio rural, viveu neste país as principais etapas de sua história até o começo desse século. O surgimento e expansão de uma economia industrial moderna e o desenvolvimento e a lenta preeminência de uma civilização urbana no Brasil são fenômenos que significaram o início de uma série de contradições estruturais e profundas no interior de uma sociedade que começava a mudar as suas bases sem mudar, no

mesmo ritmo, as forma sociais que sobre estas bases repousavam (COSTA PINTO, 1998 pag. 60-61).

O negro escravo fez parte de todo o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, da colônia ao Império (1500 a 1888). Ele ingressa no Brasil republicano (1889) não mais como escravo, mas como um pseudo cidadão brasileiro. Adquire o status de homem livre de direito, mas a condição de raça inferior continua incrustado nas relações de produção, nas relações sociais e nas relações institucionais.

O processo de urbanização e industrialização tirou o negro dos senzalas e guetos em que vivia no período pós-abolicionista e lançou-o em uma sociedade estratificada, em condições conforme explica Roger Bastide e Florestan Fernandes (1959)

[...] estamos diante de um caso típico de estratificação social, em que as diferenças de situação econômica e de posição social, fundamentais e determinantes, são igualmente significativas quando consideradas em termos de raça e cor. [...] se pressupõe uma estratificação Inter étnica e racial (BASTIDE e FERNANDES 1959, p.79).

No entanto, a falta de educação escolar e a falta de qualificação profissional, serviam como pretexto para o subemprego e os poucos salários que eram pagos. Sem políticas públicas e renda para uma qualidade de vida digna, aqueles homens deixaram a condição de escravos para assumirem a condição de pobres em uma sociedade republicana em construção.

Com a Birracial modernização das cidades, o fortalecimento do comércio e a construção dos centros industriais, os negros e pardos, antes em sua grande parte residentes na zona rural, migraram para as cidades e passaram a ocupar as periferias dos grandes centros urbanos, favorecendo o desenvolvimento de favelas no entorno das cidades. Essa foi a primeira consequência do ingresso dos não brancos na sociedade de classe pós-expansão capitalista nos grandes centros urbanos.

O branco e o Birracial não branco foram levados a um processo rápido de adaptação e assimilação⁶, em nome da necessidade: necessidade dos detentores dos meios e modos de produção de mão de obra barata para a produção dos bens de consumo e bens de capital e a necessidade dos não brancos dos recursos para sobreviver numa sociedade de consumo.

⁶ A assimilação pode ser vista como um tipo de mudança étnica pelo qual as pessoas se tornam parecidas, e contrastada com a diferenciação, por meio da qual grupos ressaltam as suas diferenças.

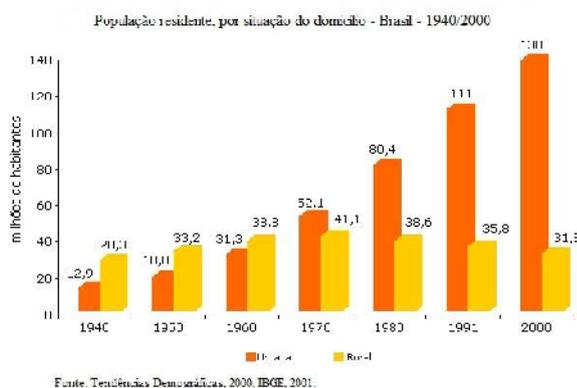
Essa relação racial aparentemente harmônica introduziu um modelo de segregação⁷ diferente dos estabelecidos na África do Sul e nos Estados Unidos.

Como a segregação birracional não era institucionalizada, a interação se deu de forma pacífica, mas, marcada pela intensa apropriação da mais valia do trabalhador condição para a manutenção do *status* dos senhores de terra, agora burgueses empresários industriais dos grandes centros urbanos.

A Figura 3 apresenta o panorama de evolução da população urbana e rural. Observe que até a década de 1970 há registros do aumento tanto da população rural quanto urbana. Semente a partir dessa década é que a população urbana ultrapassa a população da zona rural, mas essa continua crescendo até a década de 80 quando passa a decrescer, passando de 38,6% para 31,8%, em 2000.

O maior incentivo à migração ocorreu na década de 1970 quando o país passou a figurar como a 11ª economia mundial. Nas três décadas seguintes, a população urbana chegou a 78,4% e em 2006 já era de 83% da população brasileira.

FIGURA 3 – População residente, por situação de domicílio – Brasil – 1940/2000



Ao mesmo tempo, é preciso considerar as regiões brasileiras em seus aspectos demográficos, conforme a Tabela 5, a seguir, apresenta. Entre as regiões brasileiras, a região sudeste e sul registraram no período os maiores índices de crescimento econômico e por conseguinte de desenvolvimento urbano, como pode ser observado na Tabela 8 que apresenta os aspectos demográficos do Brasil e suas grandes regiões no período 2000/2003.

⁷ Há dois tipos de segregação: de jure e de facto. A segregação de jure representa uma situação em que grupos definidos com base em diferenças “raciais” ou étnicas putativas são formalmente separados por lei. Na segunda situação (de facto), tal separação existe sem uma restrição formal (RATCLIFFE, 2000 p. 506).

TABELA 8 – Aspectos demográficos do Brasil e suas grandes regiões

Brasil e Grandes Regiões	Projeção da população Geral	Taxa de crescimento anual (1)	Taxa de Urbanização % (I)	Branços	Negros
Brasil	165.371.493	1,4	78,4		
Norte	12.342.627	2,4	62,4	26%	73%
Nordeste	46.995.094	1,1	65,2	29%	71%
Sudeste	70.190.565	1,4	89,3	62%	37%
Sul	24.546.983	1,2	77,2	82%	17%
Centro-Oeste	11.296.224	2,2	84,4	43%	56%

Fonte: IBGE/DPE/Departamento de População e Indicadores Sociais. Divisão de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/98/P08) - Sistema Integrado de Projeções e Estimativas Populacionais e Indicadores Sócio-demográficos. (1) Permanecem os dados de 1996.

A classe média é fortalecida pelo número de servidores públicos e empresários de micro e pequenos empreendimentos que ao longo de toda década de 2000 se constituíram como maior fonte de emprego e renda do país.

Entre esses empresários, em 2003, 2% de empregadores eram membros do grupo intermediário composto por mestiços que conseguiram superar as dificuldades e ascender da classe social mais baixa para uma classe social superior. Esse grupo intermediário foi aumentando a medida em que o país crescia economicamente. Principalmente os birraciais, que desde o sistema escravagista, gozavam de certos privilégios.

Donald Pierson (1942, p. 213) já havia observado os efeitos desse fenômeno ao chamar atenção para o fato que “os mestiços mulatos passaram a compor um grupo diferenciado com certos privilégios como serviços mais leves, chegando alguns a aprenderem a ler e a escrever”. A cor de sua epiderme não influenciava negativamente em suas relações sociais nem diminuía seu prestígio. Eram considerados como “negros de alma branca⁸”.

No decorrer da primeira década de 2000, o Brasil chegou a figurar como a 8ª economia mundial, renovou sua matriz energética e chegou a ser auto-suficiente em algumas áreas estratégicas. As regiões sudeste e sul apresentaram os maiores índices de desenvolvimento econômico e a maior concentração da raça branca (IPEA, 2003) com 62% e 82%, respectivamente.

Mas, apesar do crescimento econômico podemos chamar de pseudo os ganhos que os não brancos em suas diversas raças, obtiveram como bonus desse crescimento. Se a

⁸ Termo preconceituoso utilizado para desqualificar a ascensão do mestiço, no caso, o mulato.

pobreza tem face, segundo o IPEA essa face é negra. Basta olhar a Figura 2 que apresenta a proporção de pobres segundo cor/raça e grandes regiões no Brasil, em 2004.

Em todas as regiões brasileiras a proporção de negros pobres é maior do que a proporção dos brancos pobres chegando ao dobro do coeficiente nas regiões sul e sudeste onde o número de brancos chegam a 62% e 82% respectivamente. O norte e nordeste apresentam a maior concentração de negros que estão abaixo da linha de pobreza e percebem até meio salário mínimo por mês de trabalho. Esse estado de vulnerabilidade ainda é maior quando se analisa a população indigente do País. Segundo dados do PNAD 2004, cerca de 6,4% dos brancos recebiam menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo *per capita* mês. Esse índice passa a ser de 16,8% quando se trata da população negra. Ou seja, quase o triplo da população negra vive na indigência.

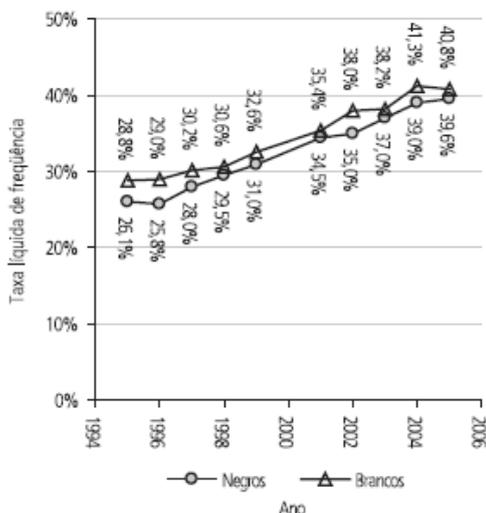
Nas últimas duas décadas, no entanto, políticas públicas centradas nas áreas educacional e social vêm possibilitando uma discreta diminuição no quadro de desigualdade. Na área educacional, políticas de universalização do acesso ao ensino fundamental vêm possibilitando que crianças e adolescentes das áreas urbana e rural tenham acesso a educação escolar; e políticas de cotas vêm possibilitando o acesso ao ensino superior dos alunos não brancos da escola pública. Na área social, vários programas assistencialistas como o Programa “FOME ZERO” vem possibilitando por, intermédio da bolsa família, a inclusão social com assistência à saúde das famílias de baixa renda.

Os dois gráficos a seguir (Figura 3), ilustram o aumento desse desenvolvimento por meio das taxas líquidas de matrícula na educação infantil e no 1º. Ciclo do ensino fundamental, segundo cor/raça – Brasil, 1995 – 2005. É possível observar que houve um aumento no número de matrículas de negros na educação infantil e fundamental no período. Isso é percebido pela proximidade dessas ao número de matrículas de alunos brancos chegando a um ponto percentual de diferença, em 2005.(IPEA, 2006).

FIGURA 4

Taxas líquidas de matrícula na educação infantil e no 1^a ciclo do ensino fundamental, segundo cor/raça – Brasil, 1995-2005

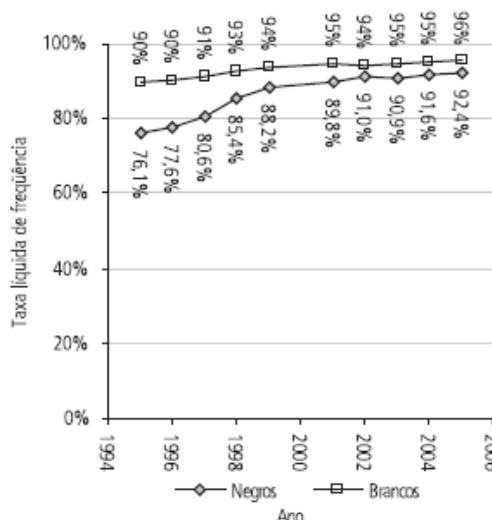
Painel 1 – Educação infantil



Fonte: Pnad 1995-2005.

Obs.: A população negra é composta de pretos e pardos.

Painel 2 – Primeiro ciclo do fundamental



Ao melhorar os indicadores da educação infantil e fundamental para crianças e adolescentes de 2 a 14 anos de idade, uma outra realidade ficou destacada nos indicadores: o grande número de jovens e adultos analfabetos ou com baixa escolaridade. Investimentos públicos no período de 1995 a 2005 trouxeram resultados positivos, tanto para a população branca quanto para a população não branca, como pode ser observado na Figura 3, que trata da taxa líquida de matrícula. Pode-se observar que ao longo dos anos, as diferenças em relação a raça vem diminuindo, ou seja o hiato entre brancos e não brancos vem reduzindo ano após ano.

Apesar das políticas implantadas na última década, ainda é muito pouco para se afirmar que o Brasil é um país igualitário no qual as oportunidades são distribuídas de forma equânime. Muito embora os princípios de equidade venham sendo apropriados no desenho de algumas políticas educacionais colaborando para reduzir as desigualdades formais presentes nas organizações e instituições.

ANTI-RACISMO: UMA DÉCADA PÓS DURBAN

Na 3^a Conferência mundial das Nações Unidas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, realizada em Durban, o Brasil, pela primeira vez, assume a condição histórica de país racista e reconhece como legítimos os pleitos de reparação para a escravidão, momento em que apresenta medidas governamentais para

melhorar o acesso a educação básica e ações afirmativas⁹ para ingresso nas universidades públicas por meio de cotas para afrodescendentes e indígenes. Onze anos depois de Durban, após um amplo movimento no país com a implementação em várias universidades públicas brasileiras de sistemas de cotas para o acesso ao ensino superior, essa ação antirracista é sancionada pelo governo brasileiro, por meio da Lei nº 180/2012.

Durante esse período, os movimentos sociais intensificaram os debates com as instituições de ensino superior, e em 2003 a Universidade Estadual do Rio de Janeiro fez o primeiro vestibular prevendo cotas para afrodescendentes. No mesmo período, a Universidade do Estado da Bahia reservou cotas em seu vestibular para afrodescendentes oriundos de escolas públicas. Nos anos seguintes várias outras instituições aderiram ao movimento de cotas para acesso ao ensino superior. Já são 83 instituições em todo o Brasil, segundo a Fundação Palmares (2012).

Nas 59 instituições do sistema federal de ensino, das 244.263 vagas existentes, 59.190 já são reservadas para ingresso pelo sistema de cotas. Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar PLC 180/2012 esse número terá um acréscimo de 123%, passando para 122.131 vagas reservadas para o ano de 2013.

Essa ação não resolve todos os problemas causados pelo racismo durante os 500 anos de história, mas é um começo. Ainda faltam políticas públicas que atendam aos 50% a 60% dos egressos do ensino médio que não alcançaram a aprovação por não terem alcançado a linha de corte no processo seletivo (vestibular), e ações governamentais para a população que não conseguiram permanecer na escola por motivos diversos. Mas já é um começo, para modificar, no futuro, a cor da elite brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como pretensão estabelecer breves reflexões sobre o processo como emergiu a segregação relacionada à raça, cor e classe social no Brasil desde a

⁹ Ação afirmativa é um termo de amplo alcance que designa o conjunto de estratégias, iniciativas ou políticas que visam favorecer grupos ou segmentos sociais que se encontram em piores condições de competição em qualquer sociedade em razão, na maior parte das vezes, da prática de discriminação negativas, sejam elas presentes ou passadas (MENEZES, 2001, p. 27).

colonização até os nossos dias, bem como destacar como nos anos recentes a temática vem sendo tratada por meio das políticas públicas educacionais.

As reflexões apresentadas foram estabelecidas a partir do diálogo com alguns autores que discutem essa temática além de dados estatísticos coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Assim, o cenário apresentado mostra que o Brasil, ao longo de seus mais de quinhentos anos de história, se constituiu como fruto da miscigenação de povos de origens diversas. Cada matriz, um universo cultural e de valor ímpar que, ao compor o mosaico de cores, conduziu o país da colônia aos dias de hoje por caminhos de superação, em busca de independência e riqueza cujas relações de trabalho embasaram todo esse percurso histórico, sendo em todo o tempo o dínamo do desenvolvimento.

Todavia, por detrás das relações de trabalho, um grande abismo presente entre as classes sociais definindo os espaços entre brancos e não brancos. Esses espaços demarcados pela segregação implícita repercutiram por décadas e ainda repercutem na qualidade de vida, na renda, no acesso aos equipamentos públicos como moradia, saúde e educação, por exemplo.

Como foi assinalado, por meio da educação e das políticas afirmativas para acesso ao ensino superior, uma projeção para redução desses espaços no futuro passa a ser considerado, com impactos em especial para o futuro desenho da elite brasileira que poderá ser formada, em parte, pelos herdeiros da elite brasileira atual, e em parte como resultante de políticas públicas de suporte à população afrodescendente e indígenes, que atualmente fazem parte da população vulnerável brasileira.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aroldo de. **O Mundo em que vivemos**. São Paulo: Editora Nacional, 1963.

AZEVEDO, Thales de. **As elites da cor, um estudo de ascensão social**. São Paulo. Cia, Ed. Nacional. Nova edição: Salvador, Edufba, 1996.

BASTIDE, R. ; FERNANDES, F. **Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo**. São Paulo : Ed. Anhembi, 1955.

BRASIL; Ministério do Planejamento e orçamento: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. [on line]. 2000.

Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/brasil500/index2.html>>. Acesso em: 01 Setembro 2012.

_____ **Características Étnico-raciais da população:** um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: IBGE, 2008. [on line]. 2008. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf>. Acesso em: 01 Setembro 2012.

_____ **Características Étnico-raciais da população:** um estudo das categorias de classificação de cor ou raça: IBGE, 2008. [on line]. 2008. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/PCERP2008.pdf >. Acesso em: 01 Setembro 2012.

CAMINHA, PERO VAZ DE. Carta de Pero Vaz de Caminha (1500) in: Jaime Cortesão. **A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil**. Lisboa: IN/CM, 1994. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/analise-da-carta-de-pero-vaz-de-caminha/35653/#ixzz27BjGVN27>>. Acesso em: 28 Agosto 2012.

COSTA, Sérgio. Dois Atlânticos. **Teoria social, anti-racismo, cosmopolismo**. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. A Racismo e Anti-Racismo no Brasil. São Paulo: Ed. 34. 1999. IPEA. **Políticas sociais – acompanhamento e análise**, num. 13, Edição Especial. Disponível em <http://www.blogdoalon.com/ftp/BPS_13_completo.pdf>. Acesso em : 13 Setembro 2012.

JACCOUD, Luciana (Org) ; SILVA, Frederico Barbosa. et al. **Questão social e políticas no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_Questao_Social.pdf>. Acesso em: 14 Setembro 2012.

WEBER, Marx. **Ensaio de Sociologia**. 5 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, Editora S.A. 1982.

MATRAUXI, *Jornal Courier* UNESCO volume 4 – No 4 – Abril, 1951.

MENEZES, Paulo Lucena de. **A ação afirmativa (affirmative action) no direito norte-americano**. 1 ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2001.

PIERSON, Donald. **Branco e pretos na Bahia** (Estudo de contacto racial). São Paulo : Ed. Nacional, 1971.

PINTO, L. A. Costa. **O Negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. 2 ed. UFRJ : Rio de Janeiro, 1998.

RATCLIFFE, Peter Segregação. **Dicionário de Relações étnicas e Raciais**. In: Ellis Cashmore e Michel Banton [et al.] São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 504-508.

REIS, João José. **Presença Negra: conflitos e encontros**. In Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

SANTOS, Hélio. **A busca de um caminho para o Brasil**. A trilha do círculo vicioso. 2 ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

SHEPPER, Amy I. **Dicionário de Relações étnicas e Raciais**. Multirracial/Birracial Ellis Cashmore e Michel Banton [et al.] São Paulo: Selo Negro, 2000. P. 373-376.

RECEBIDO EM 28 DE AGOSTO DE 2012.

APROVADO EM 02 DE NOVEMBRO DE 2012.